ESPERANÇAR: A CENTRALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DO SNC NA REFUNDAÇÃO DO MINC

Entrevista com Fabiano Piúba[1]

Gostaríamos de começar agradecendo sua generosidade de nos atender e trazer informações importantes para o Boletim do Observatório da Diversidade Cultural. Nossa primeira pergunta é: qual o papel das políticas culturais na reconstrução de valores democráticos do Brasil atual?

Fabiano Piúba: Primeiro quero agradecer, pois o Observatório da Diversidade Cultural tem realizado um papel muito importante na reflexão, no pensamento e no debate em torno das políticas culturais, com suas publicações. Esta pergunta é muito relevante, considerando o momento que estamos passando – nos últimos sete anos – e também no que se anuncia como promessa para o Brasil em torno das políticas culturais. Então, eu imagino que, neste momento, a cultura tem um papel muito importante no exercício da democracia, um papel no processo de redemocratização do país, compreendendo esse conceito da cultura para além dos seus aspectos político-culturais de fomento às artes, preservação do patrimônio cultural e memória, cidadania e diversidade, dentre outros, mas a cultura como o que atribui sentidos e significados na vida em sociedade, na disputa ou construção de valores. Então, eu creio que temos um papel vital neste momento que estou chamando de redemocratização do Brasil.

Qual a medida você considera ser mais relevante e urgente para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura?

Fabiano Piúba: Esta pergunta é ainda mais importante do que a primeira, quando já entramos no tema das políticas culturais. O Sistema Nacional de Cultura está garantido na Constituição Federal com um sistema que tem

1 Secretário de Cultura do Estado do Ceará

como premissa a cooperação federativa entre União, Estados e Municípios, mas sobretudo a sociedade civil, em torno das políticas culturais. Quando pensamos a Educação, por exemplo, ela não tem exatamente um sistema instituído, mas tem as atribuições muito bem definidas – o que é da competência da União, com o ensino superior, e o que é dos municípios, que têm responsabilidade com a educação infantil e fundamental, e o Estado é responsável pelo ensino médio. Isso acaba facilitando uma corresponsabilidade de atribuições entre União, Estados e Municípios. No caso da cultura, ela é mais orgânica e complexa, de modo que não é possível definir atribuições de maneira fechada. Nós tivemos a oportunidade de desenvolver o Sistema Nacional de Cultura, mas ainda não tivemos êxito. Ele está garantido na Constituição, mas o Projeto de Lei que regulamenta o Sistema ainda não foi aprovado. Então, acho que isso é fundamental fazer primeiro. Aposto muito na questão da institucionalidade das políticas e dos marcos legais. Não que se garanta com eles as políticas de Estado. Já tive essa ilusão de que uma legislação cultural dá garantias de uma política de Estado, mas não é assim.

Esta é outra pergunta que gostaríamos de fazer: para além dos instrumentos jurídicos, o que você acha que é fundamental para garantir uma política de Estado?

Fabiano Piúba: Sim, eu já tive essa ilusão de que com a adoção de uma legislação para políticas, como a do Cultura Viva, ou do Cultura e Infância, estaríamos construindo uma política de Estado, mas não é o suficiente. Adotar marcos legais é um passo importante, mas não é suficiente. Quem garante uma política de Estado é a sociedade civil, mais do que os governos ou até mesmo mais do que o Estado; é a mobilização, é o grau de pertencimento, de envolvimento. É a defesa do direito à cultura. E quando o Ministério da Cultura foi extinto, a sociedade civil brasileira não teve força suficiente para manter esse ministério. E, desta vez, o Sistema não pode falhar. O Ministério da Cultura não pode falhar. Eu trabalhei no MinC durante sete anos e não havia uma coesão dentro do Ministério em torno do SNC. Havia os que o compreendiam, como o ex-Secretário Roberto Peixe, que também foi Secretário de Cultura de Recife, que falava do "CPF" da cultura – Conselho, Plano e Fundo. Mas, o Sistema é mais do que isso: é mais do que

Conselho, mais do que o Plano e do que o Fundo Nacional de Cultura, pois há vários outros elementos, inclusive sistemas que se conectam ao SNC. A Lei Aldir Blanc, por exemplo, foi um exercício possível para o Sistema Nacional de Cultura. Embora o governo federal tenha sido ausente nesse projeto, os estados e municípios passaram a fazer um exercício precário do Sistema Nacional de Cultura. Acho que agora, com a retomada e a refundação do Ministério da Cultura, o Sistema vai ganhar relevo e centralidade no MinC, nessa cooperação entre União, Estados, Municípios e sociedade civil em torno das políticas culturais do país.

Por falar na participação da sociedade civil, como é que você avalia que é possível recompor e revitalizar os espaços e instâncias de participação social no campo da cultura?

Fabiano Piúba: Nós tivemos, ao longo dos últimos dez anos, uma crise de representatividade, com um certo esvaziamento dos Conselhos, não apenas de cultura, mas de outros setores das políticas públicas também. Então, houve um certo esvaziamento dos conselhos estaduais e o Conselho Nacional de Cultura foi desmantelado, desmobilizado. Os conselhos municipais foram os que ainda conseguiram se manter. Por isso, uma das primeiras medidas que o Presidente Lula anunciou para a cultura foi a retomada das conferências nacionais de cultura. A realização de uma Conferência Nacional de Cultura em 2023 é estratégica para apontar o que vai ser o Ministério da Cultura e, muito mais do que isso, o que vai ser a política cultural do governo federal. Porque vamos de novo mobilizar a sociedade, mobilizar o campo. E outro instrumento que ele propõe são os comitês de cultura, que são uma instância de participação mais direta – e acreditamos que vai ser mais dinâmica, mais rica e ao mesmo tempo mais complexa, e mais difícil também, mas vai ser um exercício dessa democracia e creio que muito vital. Então, acredito que vai ser retomado também o próprio Conselho Nacional de Política Cultural, que vai ganhar relevo político nas tomadas de decisão do Ministério. Então, nossas expectativas e perspectivas vão no sentido do fortalecimento da participação social, política e democrática nas políticas públicas e, em especial, na política de cultura.

Em relação à sua experiência na Secretaria de Cultura do Ceará, quais são as estratégias que podem ser mobilizadas, nesse contexto federal, para aprimorar as políticas de promoção da diversidade cultural nos territórios?

Fabiano Piúba: Desde o golpe na Dilma, quando houve uma tentativa de extinção do Ministério da Cultura – e naquele momento contamos com uma força política de mobilização, com ocupações nas superintendências estaduais do Iphan, além de outros órgãos e vinculadas do MinC no Rio e São Paulo, como a Funarte, dentre outras instituições – o MinC já começou ali a viver uma certa decadência. E, com a eleição do governo Bolsonaro, adotou-se uma postura muito perversa. Foi perversa não apenas devido à extinção do Ministério da Cultura, mas porque, além da educação, da ciência e do meio ambiente, elegeu a cultura como inimiga. No nosso campo, a extinção do MinC foi quase uma vingança. Lembro de uma entrevista com o Chico Buarque, logo no início de 2019, em que ele dizia que, em um governo como esse, é até bom não ter um Ministério da Cultura. Eu concordo em parte com ele porque eu fico pensando na institucionalidade. Agora, que está se retomando o Ministério da Cultura, vamos perder um tempo enorme na reestruturação do MinC, com os cargos... Porque o ministério foi não só extinto, mas desmantelado e ficou como o que chamaram de uma Secretaria Especial da Cultura. O MinC tinha suas Secretarias finalísticas, tinha suas áreas meio e as vinculadas – Funarte, Ibram, Iphan, Fundação Palmares, Fundação Biblioteca Nacional e outras instituições. Tinha um conselho – e não estou falando do Conselho Nacional de Política Cultural, mas de um conselho executivo, que eram os membros do Sistema MinC, como eu gosto de dizer, que eram responsáveis por estabelecer as diretrizes que vinham, por sua vez, da Conferência Nacional de Cultura e dos planos de gestão. E a reestruturação desse ministério vai ser muito difícil porque alguns desses cargos foram para outros ministérios. Como já comentei, trabalhei quase sete anos no MinC e, em 2008, foi aprovada uma estruturação do ministério, com um reforço estrutural, sendo que o Decreto para a regulamentação demorou mais de um ano para sair. Se não me engano, foi só em fevereiro de 2009 que essa reestruturação se consolidou, tendo como base o que já existia. Agora, não. Está desmantelado. Então, essa reestruturação do ministério vai ser muito importante.

E, respondendo à pergunta, o Ceará e vários outros Estados e também alguns municípios assumiram um papel de uma espécie de micro ministérios da cultura nessa ausência de uma estrutura federal. Não que o governo não tivesse uma política cultural. Nisso, eu até discordo do Albino Rubim, que acha que eles não tinham uma política cultural, mas acho que tinham – ou têm – que é o que eles próprios chamavam de uma guerra cultural. Não havia e não há de fato uma política de fomento às artes, de incentivo, de patrimônio cultural e memória, de cidadania e diversidade. Se você perguntar: qual é a política de patrimônio cultural deste governo, nós não sabemos. Ou qual é a política de fomento às artes, qual é a política para a diversidade cultural. Não sabemos. O que eles criaram foi uma política de criminalizar as artes, a cultura. Isso, para mim, não deixa de ser uma política cultural. E os estados, e vou falar mais especificamente do Ceará, foi um lugar de resistência, de uma política fundada com a chegada do governo Lula, do Gilberto Gil, do Juca [Ferreira] e do que veio depois. Então, foi um ambiente de afirmação e de resistência dessa política, mas também de inovação. Acho que hoje o Ceará se posiciona, em uma perspectiva de reconstrução do Ministério da Cultura, como uma referência, como um parâmetro. Temos lacunas, temos ausências, equívocos, erros que podem ter sido cometidos, mas estabelecemos uma agenda que trazia a dimensão da institucionalidade, de retomar algo que a Cláudia Leitão tinha feito lá atrás, que foi atualizar os marcos legais e criar novos marcos legais. Hoje, a nossa Lei Orgânica que dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura, primeiro ela organiza essa política e também traz um capítulo sobre fomento que é o mais inovador no país. Porque foi beber das fontes, como a do Distrito Federal, que tem uma lei muito interessante. Então, a nossa lei de fomento estabelece novos instrumentos, novos termos, de modo que o Ceará acabou se tornando referência, não só como um lugar de resistência e de afirmação de uma política que foi iniciada no governo Lula, com a chegada do Gil, mas também com inovação. Eu estava citando a Lei Orgânica – que dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura, que traz um capítulo sobre fomento e traz também o que a advogada da AGU Clarice Calixto chama de simplificação, desburocratização e modernização. Então, nós criamos vários instrumentos novos de fomento que vão facilitar esse processo. Mas, também, criamos a Lei do Código de Patrimônio Cultural que cria o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural. E,

no que diz respeito à institucionalidade, o Ceará foi um ambiente para o fortalecimento e, mais do que isso, uma certa radicalização das políticas de cidadania, de diversidade, de acessibilidade e também das políticas afirmativas. Caminhamos pouco, ainda, diante de uma dívida histórica que temos com esse campo, mas acho que mostramos um caminho possível para aprimorar e desenvolver e não ter recuos em relação a isso. Então, em relação a essa política de cidadania, diversidade e afirmativa, e à própria dimensão dos territórios, poderemos colaborar nessa reconfiguração do Ministério da Cultura, como também com a política de formação artística e cultural.

E sobre a instituição do programa de cotas dentro dos editais, uma medida inovadora em editais de cultura?

Fabiano Piúba: O governo do Estado do Ceará estabeleceu a cota étnico-racial para os concursos públicos como um todo, e nós fomos a primeira Secretaria a incorporar isso aos nossos editais e também à programação da rede pública de equipamentos culturais, além do lançamento de editais específicos, como os prêmios de culturas indígenas e de expressões culturais afro-brasileiras, dentre outras ações.

Do seu ponto de vista, quais os princípios devem fundamentar a institucionalidade da cultura, de maneira a responder aos desafios atuais?

Fabiano Piúba: Acho que os princípios são aqueles que já estão tanto na Lei do Plano Nacional de Cultura quanto no próprio Sistema Nacional de Cultura que já destacamos aqui, como essa colaboração entre os entes da federação e a sociedade civil. Então, o princípio fundante é o da democracia e da participação social. Gostamos de dizer aqui que política pública não se conjuga na primeira pessoa, é uma construção social e coletiva. Então, acho que esse é um princípio fundamental que deve se basear nessa institucionalidade, como o fortalecimento dos Conselhos de Cultura. Estávamos falando da crise de representatividade, que deu um trabalhão, mas o trabalho de fortalecimento da participação social fortaleceu, por sua vez, o Sistema Estadual de Cultura. Então, acho que

esse é um primeiro princípio quando pensamos no nível de uma política federal – com conferência, comitês e o Conselho Nacional de Política Cultural, para que de fato tenhamos um novo Plano Nacional de Cultura, que já cumpriu seus dez anos e não foi feito o seu processo de revisão e de prorrogação, ou mesmo de adoção de um novo plano, com os desafios para os próximos dez anos. Acho que a lei de autoria da Áurea Carolina e da Benedita [da Silva], que é a lei do marco regulatório do fomento artístico-cultural no Brasil, é uma lei que, na minha avaliação, é até mais importante que as Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, porque ela é uma lei estruturante. E cito também o princípio dessas políticas de cidadania, da diversidade e das políticas afirmativas. O Ministério da Cultura não pode ser mais aquele que foi em 2003, porque há outras perspectivas e eu vejo muito esses novos territórios, esses novos atores sociais que ganharam muita força e reverberação, inclusive na composição do ministério. Não podemos ter um ministério cuja composição não reflita a diversidade étnica, de gênero, de territórios etc. É preciso que seja um ministério o mais diverso possível.

Como os Fóruns de Secretários de Cultura contribuem para o fortalecimento das políticas culturais, e como estimular a cooperação entre os gestores públicos?

Fabiano Piúba: Excelente pergunta. Minha primeira função quando fui para o MinC, no final de 2007, foi Coordenador de Cooperação Federativa do Programa Mais Cultura, um programa lançado pelo Presidente Lula e pelo Gilberto Gil em 04 de outubro de 2007, e que trazia essa possibilidade do exercício federativo do Sistema Nacional de Cultura. E o Fórum Nacional de Secretários e Secretárias Estaduais de Cultura é anterior à criação do Ministério da Cultura; ele é da década de 1980 (82 ou 83), no processo de redemocratização do Brasil. E tínhamos como presidente José Aparecido, que era Secretário de Cultura de Minas Gerais e que também chegou a ser Ministro da Cultura no governo Sarney. Esse Fórum redigiu naquele momento um documento, uma carta pela criação do Ministério da Cultura, tendo como referência as políticas de cultura francesas. Então, o Fórum já teve um papel importante ali, pois antes do Ministério, ele foi um ator político importante para a criação deste. E até mesmo pela figura do próprio José Aparecido. Mas, basicamente, é a sociedade civil quem dá força para a

criação ou não de um ministério como esse. Então, naquela época em que eu estava como coordenador de cooperação federativa do Programa Mais Cultura, percebia que o Fórum tanto era uma instância que pautava o Ministério, como o Ministério também pautava essa instância do Fórum para o debate e a construção das políticas públicas. É um Fórum autônomo, que tem que ser crítico e, além de crítico, tem que ser colaborativo. Enfim, é uma instância muito importante para manter uma dinâmica federativa entre União e Estados. E neste momento, da retomada do Ministério da Cultura e das políticas culturais, eu creio que o Fórum – que teve um papel relevante na execução da Lei Aldir Blanc, por exemplo, que foi de garantir que os Secretários assumiriam essa responsabilidade de descentralização para executar – ele vai ter agora um outro papel muito mais vital para a consolidação das políticas de cultura no nosso país, tendo como unidade o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, que são dois instrumentos com os quais o governo federal e os governos estaduais e municipais, com a sociedade civil, vão ter que atuar de uma maneira muito séria. Acho que os quatro anos de governo vão ser dois. Os primeiros anos vão ser de reestruturação, desde o ministério; então, vai ser um ano muito difícil de recomposição e de garantias orçamentárias. E estamos vendo que o grupo de transição está mostrando uma realidade trágica. É uma tragédia: não há recursos, não há orçamento. Por isto, a PEC que o novo governo negociou é muito importante, pois ela está voltada para uma política de proteção social, com a questão do Programa Bolsa Família, mas ela pode ser uma PEC que se estende para outras políticas. Acho que não há como retomar o Ministério da Cultura e as políticas culturais no nível nacional sem essa cooperação com os estados, os municípios e a sociedade civil. E o Fórum é uma instância importante para isso.

Podemos "esperançar"? Podemos ter a expectativa de que nesses quatro anos, com esse trabalho todo que já foi feito, com a experiência que já temos, podemos imaginar um Ministério da Cultura forte e uma política cultural forte no Brasil?

Fabiano Piúba: Sem dúvida. Escrevi um artigo intitulado "Refundar um País", no qual digo que a cultura vai ter um papel muito importante nessa refundação do país, que é algo que a Maria Marighella tem dito. A gente

conversa muito e começamos a falar de refundação, de redemocratização, e coloquei outros verbos, como regeneração: a cultura vai refundar, regenerar, redemocratizar o país. Então, nós temos um papel muito importante nesse contexto. Não vamos nos iludir de que essas pessoas que estão ocupando a frente dos quartéis vão sair na próxima semana. Elas podem até sair da frente dos quartéis, mas vão passar quatro anos articuladas, mobilizadas, perturbando o tempo todo o Estado democrático de direito. O que o Bolsonaro fez dentro do governo eles vão fazer agora fora do governo. E a cultura vai ter um papel muito importante nessa disputa de valores, na construção de um imaginário, na formação cultural de repertório, de subjetividade. É por isto que estou propondo para o Ministério uma política de formação artística e cultural – e é uma formação, obviamente, na perspectiva do desenvolvimento de competências e capacidades técnicas etc. para o campo das artes e da cultura, mas também uma política de formação de repertórios. A gente fala de formação de público, de plateia, de audiência, mas também de formação de repertórios que tragam como substância a questão da justiça social, a questão da solidariedade, a questão da democracia. Outra questão é que a gente também tem que refundar as políticas próprias das artes. Imagine o que é uma Funarte, uma Fundação Palmares, um Iphan, um Ibram e como essas políticas vão ser importantes para esse processo. Então, para mim, esse *esperançar* é muito forte também, o *esperançar* como o Paulo Freire coloca, que não é de espera. Antes da pandemia eu escrevi no Jornal O Povo um artigo que falava de quatro movimentos para os tempos que correm: eu falava do verbo *aguar*, pois aguamos a nós mesmos; do verbo *aquilombar*, com base no poema da Conceição Evaristo; do verbo *reesistir*, como propõe o Eduardo Viveiro de Castro, em seus estudos das culturas indígenas, onde ele diz que as existências e resistências sempre estarão presentes nas culturas indígenas – estão presentes também nos povos de matriz africana, mas no caso ele traz isso a partir das culturas indígenas; e o verbo *reflorestanear*, com base no pensamento do Ailton Krenak, que diz que para além da cidadania há a *florestania*, ou seja, para além do cidadão há a floresta. E no [Seminário] "Cultura e Natureza" o Ailton trouxe um verbo que é *espiritar*, ou seja, essa dimensão do espírito. E isso reúne muito bem essa conjugação de cultura e natureza, que eu acho que é outra pauta importante neste momento. Além da relação entre cultura e educação, que é uma relação mais óbvia,

há essa relação de cultura e natureza, e o Ailton disse que somos natureza, sempre fomos natureza e houve uma "apartação". Então, como é que a gente se reconecta, se concilia entre cultura e natureza, onde não há uma primazia entre uma e outra, mas uma relação harmoniosa e regenerativa? Então, estou muito esperançoso. E muito mais do que esperançoso, estou confiante de que a cultura ganhou mais relevo no que o Lula fala, no que ele falou na campanha deste ano do que ele falou lá em 2003 e do que ele falou depois, em 2006, e do que a Dilma falou em seus momentos. Então, eu acho que desta vez o papel dado à cultura na agenda política e institucional do governo, mas também nessa agenda de desenvolvimento, ou de envolvimento de um país, acho que vai ser muito central. Mas, vai ser difícil, não vai ser mágica.